

Estreando o divã no Brasil: Virgínia Bicudo e a dimensão transformativa do social

Debuting the couch in Brazil: Virginia Bicudo and the transformative dimension of the social

Renata Rodrigues de Lima Silva*
Tiago Iwasawa Neves**

Resumo

O presente artigo se propõe a resgatar a biografia de Virgínia Bicudo, abordando sua contribuição intelectual para os campos da sociologia e da psicanálise brasileiras, a despeito da invisibilização pela qual seu nome passou. Inicialmente, faremos um percurso por sua trajetória, destacando elementos que ajudam a pensar dinâmicas de classe, cor e gênero, numa sociedade racista e patriarcal, que tem como agravante a profunda resistência em se reconhecer como tal. Em seguida, tencionaremos sobre os possíveis interesses presentes no apagamento de sua influência intelectual. Finalmente, discutiremos as referidas dinâmicas sociais a partir de referências anticoloniais que nos ajudam a pensar a transformação do social na atualidade.

Palavras-chave: Racismo. Epistemicídio. Psicanálise brasileira.

Abstract

This article aims to rescue Virginia Bicudo's biography, approaching her intellectual contribution to the fields of Brazilian sociology and psychoanalysis, despite the invisibility that her name went through. Initially, we will take a tour along her trajectory, highlighting elements that help to think about class, color and gender dynamics in a racist and patriarchal society, whose aggravating factor is the deep resistance to recognize itself as such. Then, we will mean to expose possible interests present in the erasure of her intellectual influence. Finally, we will discuss these social dynamics from anti-colonial references that help us to think about the transformation of the social today.

Keywords: Racism. Epistemicide. Brazilian psychoanalysis.

* Graduada no curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande, PB, Brasil. renatarodriguesls@yahoo.com

** Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Campina Grande, PB, Brasil. tiagoiwasawa@yahoo.com.br

Introdução

O exercício intelectual e acadêmico deve ter por premissa partir de uma epistemologia, além de servir como documento histórico de uma conjuntura social e de visões de mundo compartilhadas em determinado grupo. O trabalho epistemológico serve ao propósito de lançar um olhar crítico aos saberes produzidos em determinada época – seja no passado, seja no presente – e daí extrair considerações importantes ao pensamento da atualidade, além de também possuir certo caráter preditivo. Abordar a biografia de uma intelectual negra brasileira nos fornece uma potente ferramenta para situar o corpo negro da mulher em espaços institucionais de construção do conhecimento e, a partir disso, pensar estratégias de transformação da realidade que forneçam um horizonte para além do campo dos possíveis.

Em meados do século XX, as proposições de Freud começaram a circular nos mais diversos espaços: nas faculdades de medicina, nos meios intelectual e artístico e também na imprensa. Alguns estudiosos da psiquiatria brasileira da época já anunciavam receber influência da teoria freudiana e, no ano de 1922, com a Semana de Arte Moderna, fato do movimento modernista na cidade de São Paulo, ocorreu a interseção entre a teoria e o movimento. De acordo com Frausino (2020), a cidade de São Paulo destacava-se na economia nacional, em função de sua posição central no contexto da produção de café e do crescimento do início da indústria no Brasil. Desse modo, tornou-se o seio de movimentações sociais, políticas, econômicas e culturais, justificando o surgimento do movimento modernista em São Paulo.

Num cenário de expansão econômica e de diversas mudanças socioculturais, ocorreram deslocamentos do papel da mulher, principalmente para aquelas pertencentes à classe média, nessa nova sociedade urbana: reivindicação do direito de voto e da participação na vida pública, presença em cursos de nível superior e em serviços de saúde, além de novas posturas cotidianas nas ruas da cidade. Virgínia Bicudo foi um exemplo de mulher negra que ascendeu socialmente e ocupou novos espaços em uma sociedade imersa em transformações.

Traçando a rota: nos passos de Bicudo

Neta de escravos e imigrantes italianos, Virgínia Leone Bicudo nasceu em 21 de novembro de 1910, na cidade de São Paulo. Seu pai, Teophilo Julio (posteriormente, Teófilo Júlio Bicudo – no período pós-abolição era comum que

ex-escravos sem sobrenome adotassem o de seus senhores), teve sua educação favorecida por seu patrão e também padrinho, proprietário de uma fazenda de café em Campinas, que o considerava um *empregado de dentro* (termo utilizado para designar aqueles cujas atividades se davam no interior da casa dos patrões) e foi funcionário público federal dos Correios e Telégrafos por toda a vida. Sonhava tornar-se médico, mas teve suas diversas tentativas frustradas por ser um homem negro. Sua mãe, Giovanna Leone, trabalhava para o mesmo patrão (como ama da filha deste) e, nessa circunstância, conhece Teophilo com quem se casa e, posteriormente, passa a residir na cidade de São Paulo (TEPERMAN; KNOFF, 2011).

Sendo seu pai descendente de escravos, em uma sociedade que tentava se desfazer do trauma da escravidão sem tocar na raiz do problema, e sua mãe descendente de imigrantes italianos, em um momento em que os imigrantes eram apenas força de trabalho e mecanismo de branqueamento da sociedade para as elites brasileiras, cresceu diante de diversas manifestações de preconceito. Proveniente de origem social humilde, buscava alcançar uma posição social que lhe conferisse maior *status*, sendo fortemente investida por uma representação mítica de potencial para ascensão social, por intermédio de seu desempenho escolar.

Concluiu o Curso Normal em 1930, tornou-se educadora sanitária em 1932 e concluiu o bacharelado em Ciências Sociais no ano de 1938. Em 1945, figura como uma das primeiras mulheres a conquistarem o título de mestre em sociologia no Brasil, pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Nesta condição, de acordo com Gomes (2013), é convidada a participar, junto de Florestan Fernandes e Roger Bastide, do Projeto Unesco-Anhembi em São Paulo, onde escreve o artigo *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas*, publicado em 1953, pela *Revista Anhembi* e, em 1955, num compêndio com os demais relatórios de pesquisa. No entanto, “ao lado de Aniela Ginsberg, ela é um dos nomes femininos menos lidos e mencionados do relatório da Pesquisa Unesco em São Paulo, juntamente com Oracy Nogueira, todos oriundos da ELSP” (SILVA, 2011, p. 436).

Segundo Maio (2010) é importante destacar que, na ficha funcional da ELSP, local em que foi contratada no ano de 1940 como professora de Higiene Mental e Psicanálise, Virgínia foi identificada como “branca” em seu documento de trabalho¹. “A cor atribuída a Bicudo revela uma das faces da ideolo-

¹ A política de “embranquecimento” ou “branqueamento” da população, conduzida ativamente pelo Estado estabeleceu uma nova modalidade do racismo à brasileira. No processo de trans-

gia do branqueamento no Brasil, em que a aparência de um indivíduo com marcas de origem africana poderia ser atenuada em função do grau de instrução, ocupação, aparência, entre outras características. Nos anos 1930, ela já pertencia a uma família de classe média” (MAIO, 2010, p. 310).

Virgínia foi a responsável por escrever a primeira dissertação de mestrado sobre a questão racial no Brasil, com o título *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, apresentada em 1945. É importante destacar que, como bem descreve Silva (2011), seu trabalho permaneceu inédito por sessenta e cinco anos, guardado desde o ano de publicação nos arquivos da atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, vindo a público no centenário de seu nascimento. É impossível não se questionar sobre os motivos que fazem uma geração de pesquisadores não terem podido acessar seu trabalho,

(...) bem como por que gerações de pesquisadores e ativistas das relações sociais racializadas desconhecaram e/ou não citaram a pesquisa de Bicudo. Por que Virgínia Leone Bicudo não foi lida? (...) Por que, para várias gerações de cientistas sociais, historiadores, intelectuais negros e militantes da questão racial ela é uma ilustre desconhecida? Por que somente 65 anos depois que a autora defendeu seu mestrado, ele é publicado? (...) Por que passados sete anos de sua morte (2003) e no ano de seu centenário de nascimento, somente a Sociedade Brasileira de Psicanálise e a Fundação Escola de Sociologia Política, em 2010, lhe rendem homenagens? (SILVA, 2011, p. 435).

Bicudo escolhe registrar a socialização do cotidiano das relações raciais, que contêm: os processos educacionais, junto aos ambientes familiares e escolares; os constrangimentos pessoais e os destinos sociais daqueles que ela entrevista; os contatos estabelecidos pelos sujeitos, na esfera pública e privada; as estratégias afetivas e matrimoniais; as percepções sobre beleza, afetos, sofrimento, inferioridade ou igualdade; os bons e maus modos, entre outros. Ela parte da esfera micro para o macro, considerando o sujeito social, e pensa na construção do sujeito social, que contém em si o indivíduo (SILVA, 2011). Assim como Freud nos ensina, “na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário e, por-

formação de sociedade rural em sociedade industrial, na república, tivemos o início de um processo irreversível até hoje, que permitiria a ascensão social desses “novos brasileiros”, desde que assimilassem as condutas e atitudes da população branca, não só do ponto de vista estético, mas também cultural. (Ver VANNUCHI, M. B. C. C. A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira, In: KON *et al.* (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a Psicanálise*, 2017, p. 65).

tanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (FREUD, 1921/2011, p. 14).

Em sua dissertação o sujeito social fala – o que não significa que ela lhe dá voz, uma vez que isto ele já possui. Ele enuncia a si mesmo e também denuncia a sociedade racista em que está inserido, demonstrando a difícil tarefa de assumir uma identidade nesse contexto. Seu estudo antecipa e confirma a discussão de Neusa Santos Souza, psicanalista negra, sobre o processo de ascensão social do negro brasileiro:

O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de ‘tornar-se gente’ (...) o negro viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade, ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social (SOUZA, 1983, p. 18-19).

Discutir as atitudes de grupos racializados, norteado pela ideia de transformar radicalmente o social, significa também discutir a branquitude, suas atitudes e pensar em mudá-la, bem como as instituições e processos sociais que foram edificados nesse andamento. Pensar transformação social precisa estar vinculado a um discurso que seja capaz de equilibrar o debate, provocar o confronto com a realidade material e promover críticas. É necessário que haja uma construção coletiva, que saia da representatividade simbólica (visibilidade individual) para a representatividade substantiva (em que a mudança na realidade geral provoca mudanças num determinado grupo). A dissertação de Bicudo está situada numa bibliografia internacional, influenciada por dois estudos,

o de seu orientador, Donald Pierson – sociólogo norte-americano que, a partir de pesquisa na cidade de Salvador, argumentou que o preconceito racial poderia ser superado pela ascensão econômica –, e o da concepção de marginalidade de Everett Stonequist – sociólogo igualmente norte-americano que definiu o indivíduo marginal como aquele que, colocado entre dois mundos sociais, agiria em um quadro de incerteza (MIZRAHI, 2011, p. 628).

É um trabalho de extrema relevância ao que toca a percepção racial no país e o modo como esta influencia as relações sociais.

Através dos depoimentos presentes ao longo do trabalho, feitos por pessoas classificadas em quatro diferentes categorias – “pretos da classe social ‘inferior’”, “pretos das classes sociais intermediárias”, “mulatos da classe social ‘inferior’” e “mulatos das classes sociais intermediárias” –, é quebrado o silêncio em relação às situações de explícita discriminação racial, silêncio este que tantas vezes vemos governar o modo pelo qual o racismo não apenas age como também é abordado no Brasil. As declarações dão conta de impedimentos da entrada de negros nos mais diversos locais – públicos ou privados – e trazem à tona o modo informal mas efetivo e atuante com que o preconceito de cor excluía sujeitos de espaços sociais da cidade de São Paulo. A autora mostra uma realidade diferente da que Pierson descreve para o negro na Bahia, onde a ascensão social permitiria apagar o preconceito, e distinta também daquela imaginada para o Rio de Janeiro, como alguns de seus informantes deixam notar (MIZRAHI, 2011, p. 628).

Concordando com Frausino (2020), é necessário destacar que os resultados da pesquisa questionavam mitos e visões tradicionais, vigentes em 1940 e 1950, que postulavam a existência de uma harmonia racial no Brasil. Seu estudo apresentou reflexão inovadora por levar em consideração a cor como uma variável de importância na produção de desigualdades sociais, no interior de um contexto intelectual que, de modo quase hegemônico, validava a noção de que somente o preconceito de classe teria relevância na sociedade brasileira.

Virgínia não foi protagonista do processo que promoveu o entrecruzamento da Psicanálise com o Modernismo, nem uma intelectual que neste atuou, mas sua história é fruto dessa época (FRAUSINO, 2020). A grande contribuição dela foi sua dedicação ao desenvolvimento da Psicanálise brasileira, estando empenhada em atividades de formação, na promoção do intercâmbio de ideias (incentivando publicações psicanalíticas e seminários com a presença de autores estrangeiros, especialmente em São Paulo e Brasília) e na institucionalização e expansão da Psicanálise para além das cidades sedes das Sociedades e dos Institutos. “Segundo relato de Virgínia, foi durante as aulas da educadora e psicóloga Noemy da Silveira Rudolfer, em 1937 [ainda no curso de bacharelado], que ela manifestou interesse pela psicanálise” (MAIO, 2010, p. 314).

De acordo com Oliveira (2014), o processo de estruturação da Psicanálise no Brasil como saber e clínica autônoma ocorreu no período de 1920 a 1969. Nas chamadas primeiras “análises didáticas”, acontecimento fundador

da prática psicanalítica brasileira, coube ao médico Durval Marcondes e à psicanalista Adelheid Koch (médica alemã, que veio para o Brasil fugindo do nazismo e que se tornou, em 1937, a primeira e única analista-didata da América Latina autorizada pela IPA a formar psicanalistas) a responsabilidade de implantar a psicanálise em solo paulista. Nesse mesmo período, os saberes psicanalíticos também circulavam em outros espaços, a saber: no Serviço de Higiene Mental Escolar, no ambiente universitário da ELSP e da Universidade de São Paulo (USP) e em algumas experiências no Hospital do Juqueri. No Serviço de Higiene Mental Escolar, Marcondes fundou a Clínica de Orientação Infantil (1938) e o posto de visitadora psiquiátrica (no qual Virgínia trabalhou), sendo este o primeiro espaço de formação e prática institucional destinado à psicoterapia infantil.

Em meados da década de 1940, Bicudo passou a lecionar, ao lado do médico Durval Marcondes, as disciplinas Higiene Mental e Psicanálise na ELSP. A instituição acadêmica passou a ser importante espaço de difusão e de institucionalização dos “saberes psi” no Brasil. De acordo com Cytrynowicz (2013), os saberes e práticas psicanalíticas estiveram ligados à Psicologia (como profissão e campo de conhecimento científico com um saber próprio, que começou a ser definida e delimitada na década de 1930). Na USP, existiam dois núcleos de estudo de Psicologia, um ligado ao curso de Pedagogia e outro ligado ao curso de Filosofia. No segundo núcleo, o curso de Psicologia Clínica se desenvolveu; no ano de 1953, sob coordenação de Annita de Castilho e Marcondes Cabral, Virgínia é convidada a participar da criação do curso.

No Primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia, em Curitiba, em 1953, Annita Cabral entrou em contato com Virgínia Bicudo e Lygia Amaral. “Ali inventamos o Curso de Psicologia Clínica”, conta Annita. Como recorda Virgínia Bicudo: “Partilhando do interesse comum no sentido de abrir um espaço para a Psicanálise no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, para esse fim aproximamos a Profa. Annita Castilho Marcondes Cabral e o Prof. Durval Marcondes” (CYTRYNOWICZ, 2013).

Bicudo foi fundadora, em 1944, do Grupo Psicanalítico de São Paulo, precursor da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Em 1948, segundo Oliveira (2002), ela foi responsável pelo segundo trabalho historiográfico referente ao período de implantação da psicanálise no Brasil, após a publicação do Relatório de Porto-Carrero, em 1929, referenciando o trabalho desenvolvido por seus colegas e orientadores Durval Marcondes e Adelheid Koch. Somente

após um período de quase trinta anos é que surgirão outros trabalhos historiográficos dessa natureza. Em 1956, lança o livro *Nosso mundo mental*, organizado a partir do programa da rádio Excelsior, apresentado por Virgínia, e de sua coluna no jornal *Folha da Manhã*. De acordo com Maio (2010), é uma obra de divulgação científica que se utilizou dos meios de comunicação de massa, fato inédito no campo da psicanálise brasileira.

Em sequência, viajou para a Inglaterra, onde permaneceu em especialização psicanalítica por cinco anos, na cidade de Londres. “Eu tive convívio com grandes psicanalistas, como o [Wilfred] Bion. Os maiores psicanalistas. Eu tive, durante 5 anos, a oportunidade de estar junto e me valer do desenvolvimento da psicanálise: Melanie Klein, Bion, [Donald] Winnicott” (MAIO, 2010, p. 349). Já na década de 1960, retornou ao Brasil após cinco anos de estudos na Inglaterra, tornou-se professora e diretora do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de São Paulo, figurando como criadora do *Jornal de Psicanálise*. Na década de 1970, fundou a Sociedade de Psicanálise de Brasília.

De acordo com Abrão (2014), Gomes (2013) e Maio (2010), Virgínia Bocado foi a primeira mulher na América Latina a deitar-se em um divã analítico ao iniciar, em 1937, análise didática com Adelheid Koch. Nas palavras de Virgínia: “Eu fui a primeira pessoa que usou o divã da Doutora Koch (...) Eu sempre brinco que estreei o divã no Brasil” (MAIO, 2010, p. 350). Em *O início do tratamento*, Freud (1913/2010) discorre sobre um conjunto de recomendações que estabelecem as condições mínimas do *setting* analítico; entre estas está o uso do divã. Sua utilização é uma maneira de conter a pulsão escopofílica, investimento visual que pressupõe “olhar” e “ser olhado”, ou seja, permite ao analisando falar de modo mais livre, enxergando-se além do olhar do analista. Pensando no *setting* em seus aspectos formais, o divã é adotado como o local da sala em que o analisante vai ao encontro de suas questões inconscientes, na tentativa de superar resistências, apostando em um “novo começo” como sujeito. Em *O ato analítico*, seminário ministrado em 1967/68, Lacan comunica que a verdadeira estrutura do ato reside em dois lados: no fato de ser pura evidência, com sua ponta significante, e no fato de instituir um “começo lógico”, uma renovação, uma criação. Ocorre um corte estruturante, que transforma radicalmente o sujeito, estando o ato presente no início (quando o sujeito se engaja em seu processo analítico e o analista se autoriza como suporte de suposto saber) e no final da análise (que implica o de-ser do sujeito suposto saber e a correlata destituição subjetiva). Adotaremos o pioneirismo de Virgínia no divã brasileiro, aliado ao que sua história representa hoje, como o ponto de abertura para pensarmos possibilidades de um “novo começo” nos nossos

modos de relação social.

Virgínia Bicudo consolidou sua carreira, publicou artigos em jornais nacionais e internacionais, foi requisitada por ministros e por senadores e, até o final da vida (no ano de 2003), trabalhou em prol da difusão e do ensino da psicanálise. Nas palavras de Braga (2016),

pensamos em Virgínia e em como ela foi estrangeira, tantas vezes, nos espaços em que circulou e desbravou, mesmo estando no seu país. Os ataques que recebeu por ser não médica entre os médicos, não homem num universo marcadamente masculino, por ser não branca num universo que fazia questão de ser tão branco.

A “monocultura do saber”²: o epistemicídio

De acordo com Silva (2011), somente anos depois que o mestrado de Bicudo foi defendido, o psiquiatra e revolucionário martinicano Frantz Fanon publicou seu clássico estudo *Pele negra, máscaras brancas*, em 1952. Bicudo prenuncia em quase uma década uma discussão fundamental acerca dos processos sociais e dos processos mentais, o grande tema da obra de Fanon. Ao longo dos anos, o pensamento fanoniano ajudou a pensar as revoltas de libertação nacionais africanas e colaborou decisivamente com a Revolução Argelina. Uma pergunta se faz urgente: quais poderiam ter sido os impactos e usos da análise de Bicudo se o seu trabalho tivesse circulado anteriormente? Não é possível adivinhar, mas é merecido tencionar a questão. Esse apagamento de suas contribuições acadêmicas por tantas décadas nos remete ao conceito de epistemicídio trazido por Sueli Carneiro:

(...) o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (...) é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural (...) (CARNEIRO,

² Termo utilizado por Boaventura de Sousa Santos. O autor instiga a um desafio epistemológico que consiste em combater o pensamento hegemônico desde suas formulações centrando-se na Sociologia das Ausências e na Ecologia dos Saberes. A Sociologia das Ausências trata da superação das monoculturas do saber científico, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escola dominante, centrada hoje no universalismo e na globalização, além da produtividade mercantil do trabalho e da natureza. (Ver SANTOS, B. S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 29).

2005, p. 96-97).

É necessário ter em vista que

(...) a reprodução de poder racial nas relações sociais reflete também em interesses específicos de toda uma sociedade que passa a construir-se epistemologicamente dentro de uma perspectiva branca colonial e patriarcal, a partir de uma relação extremamente desigual de saber-poder que, historicamente e de modo sistemático tem colocado em um espaço de subalternidade o conhecimento e formas de saber dos povos e nações colonizados dando existência à dominação epistemológica (...) Logo, é no campo da educação que o racismo epistêmico encontra também um grande espaço para a reprodução dos dispositivos de dominação e hierarquia racial (MARTINS; MOITA, 2018, p. 6).

O epistemicídio, segundo Santos e Meneses (2009), permite que imensa quantidade de experiência social seja desperdiçada, diminuindo tanto a diversidade epistemológica do mundo quanto a cultural e política. Pensando com Lewis R. Gordon, na colonização não há objeção discursiva. Como consequência, o que insiste é “a tentativa de eliminação da fala (uma atividade fundamental da vida política) com um rastro de condições concomitantes de sua possibilidade. Não é que os grupos colonizados falhem em falar. É que à sua fala faltam aparição ou mediação; ela não se transforma em discurso” (GORDON, 2017, p. 120). Nesse sentido, conhecer o legado de Virgínia Bicudo é subverter a lógica colonial da produção de conhecimento, é apostar num novo modo de ser a partir das proposições fanonianas ressaltadas por Sylvia Wynter (GAGNÉ, 2018), em que há um rompimento com o sistema de conhecimento vigente mediante o questionamento do que significa ser e, portanto, do que significa poder ser, humano.

Do período histórico vivido por Bicudo até os dias atuais, o ingresso universitário de mulheres negras tornou-se mais acessível, tendo o protagonismo na atuação dos Movimentos Negros que passaram a se articular com atores políticos nacionais e internacionais a partir dos anos 2000 pelo fomento de políticas de ações afirmativas no Brasil. O levantamento realizado pelo Boletim GEMAA “*Raça, Gênero e Saúde Mental nas Universidades Federais*” (2020) informa que dificuldades financeiras estão entre os principais fatores que afetam a vida e o desempenho acadêmico de mulheres negras, por exemplo, e aponta que a democratização do ingresso no Ensino Superior brasileiro trouxe para o ambiente universitário muitas pessoas oriundas de famílias nas quais a educação superior sempre havia sido impossível. Logo, é possível constatar que os efeitos do colonialismo não ficaram no passado e seus desdobramentos

têm impactos nos nossos modos de reprodução da vida.

O preconceito racial foi de grande influência na vida de Virgínia. “Em alguns depoimentos, ela revela que foi alvo de preconceito na infância pelo fato de ser negra” (MAIO, 2010, p. 316) e, como citado inicialmente, carregou consigo a história de seu pai, impedido de tornar-se médico por ser um homem negro. Em suas palavras: “Eu tinha sofrimento, tinha dor e queria saber o que causava tanto sofrimento. Eu colocava que eram condições exteriores. Então pensei que, estudando Sociologia, iria me esclarecer” e ainda, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*: “O que me levou para a psicanálise foi o sofrimento que eu queria aliviar” (TEPERMAN; KNOPE, 2011, p. 5). O psicanalista Paulo Cesar Sandler lembra um comentário feito por ela: “Desde pequenina eu fui vista como uma ‘negrinha pobre’. Quando cresci, meu crime foi ser mulher emancipada” (SANDLER, 2004, p. 29), evidenciando que o preconceito de cor se intercrusa ao preconceito de classe e gênero, mas é também independente destes.

Classe, cor e gênero na sociedade brasileira: na busca por outro caminho

Daremos continuidade às nossas reflexões partindo da premissa de que é o sistema capitalista que justifica o dispositivo racial, ou seja, a divisão racial de pessoas é um dos mecanismos criados para permitir a fundação e a reprodução do sistema. Em *O racismo como arma ideológica de dominação*, Clóvis Moura aponta que podemos considerar o racismo como “um dos galhos ideológicos do capitalismo (...). O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular” (MOURA, 1994, p. 3). Ainda segundo o mesmo autor:

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças. (...) O racismo larval que encontramos em todos os povos antes da aventura colonialista passa a revestir-se de uma roupagem científica a ser manipulada como se ciência fosse. No particular podemos dizer que o racismo moderno nasceu com o capitalismo (MOURA, 1994, p. 2).

Na obra *O negro no mundo dos brancos*, encontramos que o dilema [social] racial brasileiro aparece como um contraste entre ideais democráticos e comportamentos efetivos de exclusão e subalternização de grupos racializados. Esse dilema é explicado pelas condições de desintegração da sociedade escravista e formação da sociedade de classes. Aponta que esse dilema constitui um fenômeno sociológico essencialmente político, por possuir raízes econômicas, sociais e culturais e produzir efeitos ramificados em todas essas direções, e que sua própria existência é possibilitada devido a certas estruturas de poder, que o tornam “inevitável e necessário”. De acordo com Florestan, nas sociedades fundadas no trabalho escravo, sendo a sociedade brasileira um grande exemplo, “as vítimas reais da escravidão ou das formas semilivres ou (semiescravas) de trabalho não participavam da elaboração e da revisão da ideologia e da utopia raciais, que se tornavam socialmente necessárias” (FERNANDES, 2013, p. 184).

Freud em seu famoso *O mal-estar na civilização* aponta para a quantidade de agressividade presente nos seres humanos que, em circunstâncias favoráveis, permite a estes revelar-se como “bestas selvagens”:

O quê de realidade por trás disso, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo (FREUD, 1930/2010, p. 57).

A violência racista não é um dado natural, ao contrário do que se poderia inferir a partir de uma leitura reducionista do texto freudiano. Trata-se de um fenômeno construído a serviço do fortalecimento de laços internos de autoconservação daqueles imersos em ideais delirantes de superioridade. Tais ideais estão, naturalmente, a serviço da produção e reprodução de desigualdades socioeconômicas.

Ora, o dispositivo racial é um elemento ficcional que, ligado a uma demanda de reprodução social, por séculos legitimou práticas de exclusão e violência, naturalizando-as e alienando indivíduos em identificações de su-

perioridade ou inferioridade, sem que ocorra um posterior processo de separação de tais identificações. Nesse sentido, o pensamento de Frantz Fanon (1952/2008) nos oferece os elementos necessários para compreender o processo de alienação da branquidão³ como o negativo da alienação em que indivíduos racializados estão, forçosamente e num primeiro momento, inseridos. A patologização está dos dois lados, na medida em que o mundo de identificação está fechado tanto para quem determina como para quem é determinado, ainda que o saldo de ganho para os grupos não esteja nem próximo de ser igual.

Para pensar como uma ficção ganha força material e passa a moldar a apreensão do mundo, tornando-se motor do real, Douglas Rodrigues Barros (2019) utiliza o pensamento fanoniano para destacar que o dispositivo racial é convocado por uma ilusão socialmente criada e necessária para um modo específico de exploração (o modo capitalista). Nesse sentido

se faz necessário elucidar, na base de um bom combate epistemológico, como o pensamento moderno/científico foi responsável pela construção fictícia das raças que, no íntimo de uma abstração real guiada pela valorização do capital, sustentou e deu legitimidade, pelo discurso de ‘verdade’, a um modo de sociabilidade exploradora e predatória que atende pelo nome de capitalismo (BARROS, 2019, p. 26).

O modo de exploração capitalista necessita categorizar humanos em castas econômico-sociais, nos habituando a nos enxergarmos a partir de uma pirâmide em que alguns estão no topo e a maioria compõe a base que sustenta essa conformação social. Dentro do sistema, aspectos como a ascensão social, por exemplo, ocorrem para poucos e não sem exigir a adaptação aos padrões estabelecidos, tomados a partir de uma naturalidade em si – recordemos a ficha de trabalho de Virgínia Bicudo classificando-a como branca, como já citando anteriormente. Mais do que uma mera confusão, mais do que um exemplo que ficou na primeira metade do século XX, trata-se de uma “epidermização do corpo”, de um processo que inscreve atributos e torna-os toleráveis ou não a partir do local social ocupado.

³ O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, com a Patologia social do “branco” brasileiro, presente em *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1995), é considerado pioneiro no estudo crítico da branquidão. Até então o privilégio branco também se referia ao fato de ver e estudar o negro sem ser visto por ele. Apesar do seu papel como uma das primeiras vozes no estudo da brancura, Guerreiro Ramos não recebeu atenção generalizada por seus esforços. Deixamos aqui registrado nosso reconhecimento ao seu legado.

A autora e militante Angela Davis (2018, p. 20) aponta que, na sociedade estadunidense,

embora, individualmente, pessoas negras tenham ingressado nas hierarquias econômica, social e política (sendo o exemplo mais dramático a eleição de Barack Obama, em 2008), a esmagadora maioria da população negra está sujeita ao racismo econômico, educacional e carcerário.

Assim, podemos compreender que governos progressistas cumprem o papel de “aceitar” uma parcela das comunidades vulnerabilizadas, admitindo sua participação segundo ideais democráticos, como forma de impedir a unidade das classes exploradas, a fim de facilitar seus próprios projetos. O capitalismo encontra formas de cooptar demandas sociais, e suas “reformas” apenas produzem um “capitalismo melhorado”.

Importante destacar que o pertencimento às classes sociais mais altas da sociedade passa, necessariamente, pelo maior ou menor potencial de ascensão econômica. Ainda assim,

várias pesquisas feitas em sociedades nacionais distintas demonstraram que o preconceito e a discriminação raciais dificultam a ascensão social de minorias étnicas ou raciais. Não obstante, ela pode ocorrer sem que o preconceito e a discriminação desapareçam. Isso tanto em sociedades nacionais que se organizam, socialmente, em sistemas birraciais (como ocorre nos Estados Unidos) quanto em sociedades nacionais que se organizam, pelo menos teoricamente, sem levar em conta critérios de estratificação racial (como sucede no Brasil) (FERNANDES, 2013, p. 32).

Nesse aspecto, é importante considerar o papel da mulher na sociedade de classes, enfatizando como a mulher negra se insere nesse contexto. Destacamos que não se trata de trabalhar com uma dicotomia entre o dispositivo racial e a classe, aparecendo aqui tão somente como um recurso formal e didático, uma vez que é o próprio aspecto racial ou mesmo o aspecto de gênero que determina a forma como a classe é determinada e como vai agir, ou seja, determinar essa determinação.

Na clássica obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels (1884/2019), encontramos que a desigualdade sexual, da forma que podemos perceber na atualidade, somente passa a existir após o

advento da propriedade privada, conceito crucial no contexto capitalista. Isso quer dizer que, nas primeiras eras da História, a divisão sexual do trabalho dentro do sistema de produção econômica não ocorria de forma hierárquica, mas de forma complementar. É um excelente indício da importância de pensar um problema desde sua raiz, evitando reducionismos e conclusões incompletas ou precipitadas.

Angela Davis (2016, p. 231) aponta que “o sexismo emergiu como uma fonte de sobrelucro exorbitante para os capitalistas. A separação estrutural entre a economia pública do capitalismo e a economia privada do lar tem sido continuamente reforçada pelo primitivismo obstinado do trabalho doméstico”, destacando ainda que “a ‘dona de casa’ refletia uma realidade parcial, pois ela era, na verdade, um símbolo da prosperidade econômica de que gozavam as classes médias emergentes”, indicando que a maioria das mulheres negras.

nunca tiveram como foco central de sua vida as tarefas domésticas. Elas escaparam, em grande medida, ao dano psicológico que o capitalismo industrial impôs às donas de casa brancas de classe média, cujas supostas virtudes eram a fraqueza feminina e a submissão de esposa. As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver (DAVIS, 2016, p. 232).

Nesse sentido, as contribuições da intelectual Lélia Gonzalez potencializam as reflexões feitas até o momento, uma vez que demonstram que “na medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrida pela mulher negra, assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (GONZALEZ, 1979/2018, p. 42), estando no mais baixo nível de opressão a partir dos estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo. A autora expõe ainda que o capitalismo no Brasil passou por um processo de modernização, ainda que conservadora e excludente, por meio de medidas de arrocho salarial, concentração de renda e repressão política. Afirma que,

contrariamente ao que aconteceu com a força de trabalho feminina (que entrou pra valer no mercado de trabalho, conquistando novos espaços profissionais), a força de trabalho negra foi a maior vítima de todo esse processo. Sistemáticamente discriminada no mercado de trabalho, ela ficou confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração (GONZALEZ, 1984/2018, p. 221).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Sueli Carneiro afirma ainda que o racismo rebaixa e superlativa o *status* dos gêneros.

Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. Nesse sentido, racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Em entrevista ao jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* (2018), a educadora e artista plástica Erica Malunguinho, eleita deputada estadual em 2018 como primeira mulher transexual a compor a Assembleia Legislativa de São Paulo, menciona que “existe ainda um problema de cognição e de aceitação dessa realidade [de opressão]” e que, para superar a realidade atual, “é necessário radicalidade, e para ser radical precisa desconstrução, precisa ceder espaços, precisa sim abrir mão de coisas”. Entende ainda que “por uma questão de ética, e por uma corresponsabilização, eu sugiro que o papel é potencializar politicamente e economicamente projetos, pessoas e coisas que estejam implicadas nas mudanças dessas violências estruturais”.

Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1980/2018), em um pensamento orientado pelo suporte epistemológico da Psicanálise, a partir de Freud e Lacan, Lélia denuncia que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”⁴. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Entre esses efeitos pode ser citado a frequente consequência psicológica de uma personalidade tomada pelo sentimento de inferioridade.

No texto citado, a autora trabalha a partir de noções de consciência e de memória.

⁴ Lélia Gonzalez explica que “o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento” (p. 200).

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética (GONZALEZ, 1980/2018, p. 194).

O objetivo da exclusão do espaço de circulação das consciências é “eliminar a relação e, portanto, com ela a possibilidade de reconhecimento entregue a esse outro que se torna fantasmagórico porque está fora da relação espacial” (BARROS, 2020, p. 31). Na dialética consciência-memória, a fala ganha *status* privilegiado por representar um rompimento com o discurso de igualdade racial. Nesse aspecto, o trabalho de mestrado de Virgínia nos exemplifica a importância de um outro discurso que confronte a pretensa verdade estabelecida, um exercício de resgate da memória que confronta o discurso ideológico de harmonia racial. É o que Achille Mbembe quer dizer sobre “construir um segundo discurso”, ocupar uma posição em que declara sua identidade, desde que compreendamos essa identidade como sendo sempre precária e transitória.

Se a consciência ocidental do Negro é um julgamento de identidade, este texto segundo será, pelo contrário, uma declaração de identidade. Através dele, o Negro diz de si mesmo que é aquilo que não foi apreendido; aquele que não está onde se diz estar, e muito menos onde o procuramos, mas antes no lugar onde não é pensado (MBEMBE, 2014, p. 59).

Concordamos com o argumento de Pedro Ambra de que o ato de falar é um modo de fazer teórico e político que rompe o silenciamento imposto por uma sociedade e, principalmente, por uma epistemologia eurocêntrica e racista, pois

falar torna-se um ato não só de linguagem, mas político. Mas esse ato subversivo de fala funda-se na premissa de que o sujeito

não precede a fala, mas tem suas contradições denunciadas por ela. (...) Eis a única positividade possível da fala, que é anti-identitária por definição. (...) Assumir a fala não é sinônimo apenas de tomar a voz ou ocupar lugares de poder que historicamente são ocupados por brancos. Trata-se de uma proposta ainda mais radical: assumir a fala é assumir nosso modo de falar, assumir nosso *pretuguês*, assumir que aquilo que se mostra como mais estrangeiro às instâncias (psíquicas e sociais) dominantes, na verdade, as constitui inexoravelmente. Isso implica não em equilibrar a balança, mas em questionar a própria raiz de seu sistema de medida (AMBRA, 2020, p. 92).

Lélia Gonzalez, em uma abordagem político-econômica sobre a mulher negra na sociedade brasileira, nos fornece uma visão interessante para ser colocada em questão.

E, se levamos em conta a teoria lacaniana, que considera a linguagem como o fator de humanização ou de entrada na ordem da cultura do pequeno animal humano, constatamos que é por esta razão que a cultura brasileira é eminentemente negra. E isto, apesar do racismo e de suas práticas contra a população negra, enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira (GONZALEZ, 1979/2018, p. 41).

Diz ainda que

sobretudo a *mulher negra anônima*, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. (...) como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (GONZALEZ, 1979/2018, p. 51).

Ora, encontramos nesse ponto a via para analisarmos a linguagem a partir de sua materialidade. Ao admitirmos o racismo como uma tentativa falha de apagar o significante mestre ocupado pelo Negro (e que por se tratar de um lugar significativo é essencialmente vazio), podemos ter aqui a chave para uma direção transformativa. Quando Lélia cita “a mulher negra anônima” como aquela que nada tem a perder, recordamos uma passagem presente em *O circuito dos afetos*, na qual o filósofo Vladimir Safatle (2018, p. 236) aponta o proletariado de Marx no seu caráter profundamente indeterminado, “desprovido de propriedade, de nacionalidade, de laços com modos de vida tradicio-

nais de confiança em normatividades sociais estabelecidas” (logo, sem ter nada a perder), como manifestação de um vazio que pode transformar radicalmente as formas de vida. Como o próprio autor aponta, “para que apareçam indivíduos histórico-universais, faz-se necessária uma certa experiência de negatividade que, desde Hegel, é condição para a fundamentação da verdadeira universalidade” (SAFATLE, 2018, p. 234).

Precisamos pensar cada vez mais a emancipação humana por meio de uma luta pelo comum, ou seja, que nos implique com a radical diferença que existe em cada um de nós. “Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada (...) foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação” (GONZALEZ, 1988/2018, p. 316). Essa luta comum é pela reivindicação de uma fala política como possibilidade de erguer-se como sujeito, de modo que “a parte dos que não tem parte”, como diz Jacques Rancière (1996), rompe com a lógica de dominação e faz ouvir como discurso o que antes só era ouvido como ruído.

Safatle (2020) pensa, a partir dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise lacaniana, uma prática transformativa psicanaliticamente orientada e nos informa da importância de termos um horizonte em que a teoria não esteja desvinculada da prática. É preciso considerar que a psicanálise se trata disto; é um exercício constante de práxis, ou seja, intervenção que se relaciona dialeticamente com a teoria visando que alguma transformação possa ocorrer.

O que a teoria pode fazer é defender a necessidade das transformações subjetivas que permitam aos sujeitos terem a força de revolucionar processos nas formas de vida. Mas ela não pode antecipar a forma e a direção das organizações e práticas que nascerão de tais transformações. Ou seja, a teoria pode falar sobre a forma dos processos de emergência de novos sujeitos, mas não pode falar da forma como eles se organizarão após suas emergências, isso se quiser evitar o risco de fazer do futuro a mera imagem da realização das possibilidades imanentes do presente. Nesse ponto, a teoria deve parar a fim de permitir de à práxis realizar-se em suas múltiplas e inumeráveis configurações contextuais. Do contrário, ela se transforma em normatividade a impor sua imagem à práxis (SAFATLE, 2020, p. 154).

É de fundamental importância que possamos agir de acordo com o que Angela Davis nomeia como “interseccionalidade das lutas”, que está além da interseccionalidade das identidades, no sentido de criar solidariedade interna-

cional e conexões que atravessem as fronteiras nacionais. “Não podemos continuar a fazer o mesmo. Não há como se resolver em torno do centro. Não podemos agir com moderação. Teremos de ter disposição para nos erguer e dizer ‘não’ unindo nossas almas, articulando nossas mentes coletivas e nossos corpos, que são muitos” (DAVIS, 2018, p. 131).

Considerações finais

O lugar social ocupado por Bicudo foi viabilizado, para além do seu esforço pessoal e capacidade intelectual, por sua ascensão social, que a levou a conhecer pessoas e locais que colaboraram no seu desenvolvimento profissional. Um questionamento se faz necessário. Desconhecer seu protagonismo como intelectual serve a quais propósitos? A falta de referências, ou o apagamento destas contribuições, favorece o sentimento de que nesse campo do saber não há espaço para pessoas negras. Em nossa sociedade, sabidamente racista e que tanto resiste em se admitir assim, marginalizar essas produções é artifício para legitimar como naturais o baixo acesso aos espaços sociais de poder e o discurso meritocrático para aqueles que vão contra a branquitude hegemônica. Pensando a produção psicanalítica brasileira, há uma carência de referências negras e, aquelas que se desenvolveram nesse campo do saber, não costumam protagonizar debates ou ter suas vozes ressoadas, de modo a produzir uma implicação da Psicanálise no contexto brasileiro do racismo e da saúde mental da população negra.

Falar, ouvir aquilo que está velado, transformar lugares e discursos; eis a aposta que fazemos como abertura para um modo de nos relacionarmos com os outros e conosco e, conseqüentemente, para um outro modo de produção de vida.

Virgínia Leone Bicudo não se implicou diretamente na luta anticolonial e, conseqüentemente, anticapitalista, mas representa para nós a síntese de um duplo movimento: a mulher, como representante das características socioculturais de sua época, particularmente a emancipação feminina ocorrida ao longo do século XX, e a psicanalista, na condição de pioneira do movimento que ajudou a difundir no país. Na condição de mulher, ela personifica a experiência da cor e do gênero em um país fundado no colonialismo e patriarcalismo, profundamente marcado pelo racismo – e a tentativa de negar a existência deste – e pelo machismo. Na condição de psicanalista, ela encarna a natureza subversiva da Psicanálise, como saber e prática que diz respeito à experiência

do inconsciente – logo, experiência de contrariedade à ordem estabelecida. Retomar sua biografia é, além de honrar a memória de uma figura tão importante para o legado intelectual do país, mais uma ferramenta de enfrentamento ao apagamento epistêmico de mulheres negras, que tanto fizeram e fazem para a produção de conhecimento no Brasil. Que sigamos seu exemplo e tenhamos também coragem de nos colocar no divã enquanto sociedade – encarando a raiz dos nossos problemas, que tiveram início no passado e se atualizam no presente. Apostemos no futuro, enfim, a partir da concepção de formas radicais de produção de vida.

Tramitação

Recebido 22/06/2021

Aprovado 13/03/2022

Referências

- ABRÃO, J. L. F. Virgínia Leone Bicudo: pioneira da psicologia e da psicanálise no Brasil. *Interação em Psicologia*, v. 18, n. 2, p. 217-227, mai./ago. 2014.
- AMBRA, P. O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez. *SIG Revista de Psicanálise*, Porto Alegre, v. 8, n. 14, p. 85-101, 2019.
- BARROS, D. R. A divisão por raças está presente na própria natureza. In: BARROS, D. R.; SIQUEIRA, J.; RODRIGUES, T. *Racismo*. Jundiaí: Editora Fibra/Edições Brasil, 2020.
- _____. *Lugar de negro, lugar de branco?* Esboço para uma crítica à metafísica racial. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2019.
- BOLETIM GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa, Raça, Gênero e Saúde Mental nas Universidades Federais, 2020, n. 8. Disponível em: <<http://gemma.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-Sa%C3%BAde-Mental.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BRAGA, A. P. M. Pelas trilhas de Virgínia Bicudo: psicanálise e relações raciais em São Paulo. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. 2, p. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2016/12/06/n2-01/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CYTRYNOWICZ, M. M. Um percurso pela história e pela memória da Psicologia Clínica em São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/memoria/clinica/artigo.aspx#_edn26>. Acesso em: 08 jun. 2020.

DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. 1. ed. digital. São Paulo: Global, 2013.

FRAUSINO, C. C. M. Virgínia Leone Bicudo: um capítulo da história da psicanálise brasileira. *Federação Psicanalítica da América Latina*. [S.l.] 2020. Disponível em: <<http://www.fepal.org/virginia-leone-bicudo-e-marie-langer-mulheres-que-fizeram-historia/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

FREUD, S. (1913). *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 10).

_____. (1921). *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas, 15).

_____. (1930). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 18).

GAGNÉ, K. M. Sobre a obsolescência das disciplinas: Frantz Fanon e Sylvia Wynter propõem um novo modo de ser. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 2, n. 1, p. 44-65, 2018.

GOMES, J. D. Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras*. 1. ed. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018.

GORDON, L. R. Decadência disciplinar e a de(s)colonização do conhecimento. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 110-126, 2017.

LACAN, J. *Seminário, livro 15: o ato psicanalítico (1967-68)*. [S.l.: s.n.], versão anônima.

- MAIO, M. C. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu*, v. 35, p. 309-355, jul./dez. 2010.
- MALUNGUINHO, E. Erica Malunguinho na luta contra o racismo e o patriarcado. [Entrevista concedida a] Taís Ilhéu. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Brasil, Acervo Online, 19 dez. 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/enquanto-nao-houver-emancipacao-para-os-que-estao-ainda-negociando-a-vida-nao-havera-para-ninguem/>>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- MARTINS, M. S.; MOITA, J. F. G. S. Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate. In: Semana de História do Pontal, 6, e Encontro de Ensino de História, 5, 2018, Ituiutaba. *Anais*. Ituiutaba: UFU, 2018. p. 1-11.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014.
- MIZRAHI, M. O informal mas efetivo “racismo brasileiro”: aparência, raça e classe na São Paulo da década de 1940. *Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, p. 628-630, mai./ago. 2011.
- MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. 1994. Disponível em: <http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- OLIVEIRA, C. L. M. V. de. A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 3, n. 3, p. 144-153, set. 2002.
- _____. Trajetórias da psicanálise paulista. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 3, n. 4, p. 59-87, jan./jun. 2014.
- RAMOS, A. G. *Patologia social do “branco” brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- _____. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SANDLER, P. C. Tia Virgínia e o desenvolvimento: algumas memórias para o futuro. Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. In *Memoriam, Virgínia Leone Bicudo, Yutaka Kubo, Adheleid Koch*. v. 2, p. 28-43. São Paulo: Autor, 2004.
- SANTOS, B. de S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Laptop/Downloads/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SILVA, M. A. M. da. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 435-445, mai./ago. 2011.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro*: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TEPERMAN, M. H. I.; KNOPE, Sonia. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. *Jornal de Psicanálise [on-line]*, v. 44, n. 80, p. 65-77, jun. 2011.

VANNUCHI, M. B. C. C. A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Org.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a Psicanálise*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.